



# **VII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO**

18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2013  
BELÉM/PA



## Conselho Nacional de Justiça

<b>Presidente</b>	Ministro Joaquim Barbosa
<b>Corregedor Nacional de Justiça</b>	Ministro Francisco Falcão
<b>Conselheiros</b>	Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi Ana Maria Duarte Amarante Brito Guilherme Calmon Nogueira da Gama Flavio Portinho Sirangelo Deborah Ciocci Saulo Casali Bahia Rubens Curado Silveira Luiza Cristina Fonseca Frischeisen Gilberto Valente Martins Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira Gisela Gondin Ramos Emmanuel Campelo de Souza Pereira Fabiano Augusto Martins Silveira
<b>Secretário-Geral:</b>	Fábio Cesar dos Santos Oliveira
<b>Secretário-Geral Adjunto</b>	Marivaldo Dantas de Araújo
<b>Diretor-Geral</b>	Sérgio José Américo Pedreira
<b>Coordenador:</b>	Clenio Jair Schulze, Juiz Auxiliar da Presidência

### EXPEDIENTE

<b>Coordenação</b>	Departamento de Gestão Estratégica
<b>Diretor</b>	Ivan Gomes Bonifácio
<b>Realização:</b>	Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento Conselheira Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito Conselheiro Rubens Curado Silveira Conselheiro Gilberto Valente Martins
<b>Organização:</b>	Departamento de Gestão Estratégica (DGE) Ivan Gomes Bonifácio Rita de Cassia Smaniotto Landim José Francisco Alves Hélio Carlos Gomes Silva Fabiana Andrade Gomes e Silva Francisco Fidalgo Romero Felipe Cesar Araujo da Silva

### Secretaria de Comunicação Social

<b>Secretária de Comunicação Social</b>	Cintia Lima
<b>Projeto gráfico</b>	Bruno Lessa
<b>Revisão</b>	Carmem Menezes

2014

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

# Sumário

1	Apresentação.....	5
2	Abertura do evento.....	7
3	Apresentações.....	10
4	Reuniões Setoriais dos Segmentos.....	13
5	Reunião das Corregedorias.....	19
6	Plenária Final.....	20



# 1 Apresentação

O VII Encontro Nacional do Judiciário ocorreu nos dias 18 e 19 de novembro, na cidade de Belém/PA, conforme previsão na Resolução n. 70, de 18 de março de 2009, que determina a realização de encontros envolvendo a cúpula da Justiça, visando à avaliação da estratégia em curso, bem como à divulgação de projetos e ao estabelecimento de metas.

No evento, foram debatidos e aprovados as Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2014, as Metas Específicas para os segmentos de Justiça, a diretriz estratégica de institucionalização da política de priorização do primeiro grau, as Metas das Corregedorias e os Macrodesafios incluídos no Planejamento Estratégico Nacional para os anos de 2015 a 2020.

Foi a primeira vez que a região Norte sediou o Encontro, que nesta edição contou com mais de 400 participantes. O evento reúne anualmente presidentes, corregedores e membros de todos os tribunais brasileiros para avaliar a estratégia nacional do Judiciário e definir ações prioritárias a serem perseguidas pelos 90 tribunais brasileiros.

Na oportunidade, foram debatidos temas voltados à modernização do Judiciário, o aperfeiçoamento da gestão dos tribunais e a melhoria da prestação jurisdicional. O objetivo é unificar as diretrizes estratégicas de atuação, com base na cooperação mútua entre as instituições.

O debate ao redor das propostas de Metas Nacionais e Específicas, assim como dos Macrodesafios submetidos à deliberação dos presidentes durante o VII Encontro Nacional do Judiciário foi antecedido pela realização, entre os dias 13 e 14 de junho de 2013, do I Encontro de Trabalho para Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. Nesse evento, que contou com a participação de mais de 200 representantes dos diversos segmentos de Justiça, foram apresentados o plano de trabalho, a estrutura e as competências dos comitês e subcomitês de planejamento estratégico que, por meio da Portaria n. 138, de 23 de agosto de 2013, viriam consolidar a criação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

Precederam ao evento, diversas videoconferências com a participação dos segmentos de Justiça e, entre os dias 11 e 12 de setembro de 2013, os representantes da Rede de Governança Colaborativa, reuniram-se em Brasília/DF, na Reunião Preparatória para o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em que debateram as propostas de Metas Nacionais para 2014 e os Macrodesafios para o Poder Judiciário para 2015–2020.

Com o intuito de democratizar o processo de construção do planejamento estratégico do Poder Judiciário, a Reunião Preparatória contou também com a participação das associações de servidores e de magistrados, que trouxeram suas contribuições, sugestões e opiniões acerca da estratégia para o Poder Judiciário.

Como decorrência, no VII Encontro Nacional do Judiciário, foram aprovadas seis Metas Nacionais a serem perseguidas pela Justiça no próximo ano, a fim de garantir uma prestação judicial mais célere e eficiente ao cidadão.

Entre as Metas Nacionais, estão medidas que buscam aumentar a produtividade, reduzir o congestionamento processual, garantir estrutura mínima de trabalho, sobretudo nas varas do primeiro grau e combater a corrupção.

No transcurso dos trabalhos foi aprovada uma diretriz estratégica de institucionalização da política de priorização do primeiro grau, pela qual os tribunais se comprometeram a aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo grau.

A medida é o primeiro passo para a consolidação de uma política nacional voltada ao aprimoramento dos serviços nas instâncias ordinárias de Justiça, buscando-se proporcionar estrutura adequada de trabalho, sobretudo para as varas do primeiro grau, em que tramitam 80% de todos os processos do Judiciário, segundo dados de 2012 do Relatório Justiça em Números 2013.

No Encontro, os presidentes também aprovaram os Macrodesafios que vão nortear as atividades do Poder Judiciário de 2015 até 2020. São eles: a garantia dos direitos de cidadania, o combate à corrupção e à improbidade administrativa, a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, a melhoria da gestão de pessoas, o aperfeiçoamento da gestão de custos, a instituição da governança judiciária e a melhoria da infraestrutura e governança de tecnologia da informação e comunicação.

Foram aprovados Macrodesafios específicos para alguns ramos da Justiça, como o aprimoramento da gestão da Justiça criminal, que deve ser perseguido pela Justiça Estadual, pela Federal e pela Militar, enquanto a Justiça Eleitoral buscará o fortalecimento da segurança do processo eleitoral. A Justiça Estadual, a Federal e a do Trabalho também buscarão a adoção de soluções alternativas de conflito e a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

No âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, foi realizada uma reunião à parte com os corregedores dos tribunais brasileiros, objetivando a análise e deliberação das propostas de metas a serem cumpridas pelas corregedorias.

A abertura do Encontro foi feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa. No segundo dia do evento, os presidentes dos Tribunais Superiores apresentaram um balanço do cumprimento das metas de 2013 e, em seguida, foi apresentado o resultado parcial das Metas Nacionais, no período de janeiro a setembro de 2013, pelo secretário-geral do CNJ, juiz Marivaldo Dantas. Após, foram realizadas palestras temáticas sobre a gestão do Poder Judiciário.

Um dos convidados do Encontro deste ano foi o professor Oscar Vilhena Vieira, que ministrou palestra com o tema Confiança na Justiça. O segundo palestrante foi o consultor André Macieira, que falou sobre o desafio da alocação de recursos na prestação de Justiça.

Na parte da tarde, foram realizadas as reuniões setoriais com representantes dos tribunais de cada ramo da Justiça e das corregedorias para discussão e aprovação das metas para 2014.

O anúncio das Metas Nacionais e dos Macrodesafios aprovados foi feito em uma plenária final pela conselheira Ministra Maria Cristina Peduzzi, presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ. As metas da Corregedoria foram apresentadas ao público pelo juiz auxiliar da Corregedoria Eivaldo Ribeiro.

O evento foi encerrado pelo conselheiro ministro Francisco Falcão, corregedor nacional de Justiça, em nome do presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa.

## 2 Abertura do evento

A abertura do evento ocorreu no dia 18 de novembro, no auditório do Hangar do Centro de Convenções, em Belém/PA. A mesa de abertura foi composta pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, pelo governador do estado do Pará, Simão Jatene, pela presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, e pelo procurador-geral de Justiça do Pará, Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Após a composição da mesa, presidida pelo ministro Joaquim Barbosa, e a execução do hino nacional na voz da cantora Fafá de Belém, foi anunciado o lançamento do selo comemorativo do VII Encontro Nacional do Judiciário, iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com o objetivo de inscrever o evento na memória da filatelia nacional e do Poder Judiciário do Pará.

A anfitriã do evento, a desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, deu as boas-vindas às autoridades e aos demais participantes do evento, declarou sua satisfação em receber a todos e agradeceu ao ministro Joaquim Barbosa por ter trazido o VII Encontro Nacional do Judiciário à região Norte.

O ministro Joaquim Barbosa proclamou a sua grande satisfação em iniciar o VII Encontro Nacional do Judiciário e ressaltou a consolidação do encontro no cenário nacional, considerando que o evento proporciona a reunião de todos os presidentes dos tribunais e de conselhos do Brasil. Destacou a importância do evento, ao proporcionar aos diversos segmentos de justiça um debate ao redor das propostas tendentes à melhoria e ampliação do acesso à Justiça, à modernização do Poder Judiciário e à solução da morosidade no julgamento das demandas. Na ocasião, salientou a importância de se concentrarem esforços, sobretudo em sede de primeira instância, como medida premente a tomar corpo entre as políticas judiciárias, e nesse sentido, enalteceu a proposta de aprovação da diretriz estratégica que orienta a priorização do primeiro grau.

Outro ponto abordado pelo presidente do STF e do CNJ diz respeito ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), o qual considerou como importante ferramenta na busca pela efetividade da prestação jurisdicional e no cumprimento do preceito constitucional da razoável duração do processo.

No particular, enalteceu a atuação do CNJ no processo de implantação do PJe e manifestou preocupação com o custo de aquisição das soluções privadas de informática pelos tribunais, bem como com a segurança das informações judiciais internas que trafegam por esses sistemas privados, muitas vezes, tornando-se indevidamente acessíveis a pessoas externas ao Judiciário.

Nessa perspectiva, em nome do CNJ, conclamou todos os presidentes de tribunais a investir no PJe, por se tratar-se de sistema próprio, moderno, eficiente, compatível e adaptável às diversas competências judiciais, capaz de fazer frente à demanda processual do Poder Judiciário.

Por fim, concluiu que o PJe, embora seja um sistema em constante aperfeiçoamento, já se encontra em condições de ser implantado pelos tribunais que ainda não o adotaram, anunciado o encaminhamento de ofício a todas as cortes, em que solicita a indicação de servidores da área de informática para composição de uma força-tarefa dedicada à implantação do sistema.

Encerrou sua fala, desejando um bom trabalho a todos e que o encontro fosse realizado de acordo com os propósitos definidos e o alcance da melhoria do Judiciário e do Estado brasileiro como um todo.

No final da solenidade de abertura houve a execução do hino do estado do Pará, interpretado pela soprano Adriana Malato, acompanhada pelo pianista Felipe Cantão. A seguir, os representantes dos Tribunais Superiores e da Justiça Estadual passaram a apresentar o balanço anual sobre a gestão estratégica nos respectivos segmentos.

O vídeo com a solenidade de abertura do VII Encontro Nacional do Judiciário está disponível no *link*: <http://www.youtube.com/watch?v=zlhCnqA2GxM>.



Da esquerda para direita, corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, governador do estado do Pará, Simão Jatene, presidente do CNJ e STF, ministro Joaquim Barbosa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, e o procurador-geral de Justiça do Pará, Marcos Antônio Ferreira das Neves.



Fafá de Belém canta o hino nacional na abertura do evento



Conselheiros do CNJ presentes ao evento

## 3 Apresentações

No segundo dia do evento, no período matutino, o ministro Joaquim Barbosa iniciou as atividades, e ressaltou o objetivo de permitir o debate nos diversos segmentos de Justiça, com suas peculiaridades e seu papel essencial a desempenhar em prol da melhoria da prestação jurisdicional em nosso País. Disse que a apresentação e as discussões de ideias e propostas são direcionadas à melhoria do sistema. Afirmou que as propostas trazidas ao VII Encontro objetivaram a ampliação do acesso à justiça, a solução do problema da falta de celeridade processual e a modernização do Judiciário. Encerrou dizendo que o objetivo do 1º painel era ouvir os representantes dos Tribunais Superiores e da Justiça Estadual.

A seguir, os representantes dos Tribunais Superiores e da Justiça Estadual passaram a apresentar o balanço anual sobre a gestão estratégica nos respectivos segmentos.



Da esquerda para direita, presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Gen Ex Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Gilson Dipp, presidente do CNJ e STF, ministro Joaquim Barbosa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e representante dos tribunais de Justiça, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

Após a apresentação dos presidentes que compuseram a mesa de abertura do segundo dia, os trabalhos prosseguiram com a exposição feita pelo juiz Marivaldo Dantas de Araújo, secretário-geral adjunto do CNJ, referente ao balanço das Metas Nacionais, no período de janeiro a setembro de 2013.

Em razão do tempo disponível para as diversas apresentações programadas para o evento, o balanço parcial das metas nacionais concentrou-se apenas naquelas relacionadas à produtividade dos tribunais e na meta de combate à corrupção. São elas:

- **Meta 1:** julgar mais do que os distribuídos (produtividade);
- **Meta 2:** julgar processos mais antigos;
- **Meta 3 de 2010:** reduzir acervo na fase de execuções fiscais (produtividade); e
- **Meta 18:** combater à corrupção (Estadual, Federal, Militar, Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Militar).

Em relação à Meta 1, até setembro de 2013, 42,22% dos tribunais vinham-na cumprindo, tendo sido distribuídos 13.676.991 processos no ano e julgados 12.167.341, o que resulta em expectativa de acúmulo do estoque de cerca de 1,5 milhão de processos.

Quanto à Meta 2, houve cumprimento de cerca de 88% dos tribunais signatários da rubrica, com decisões proferidas em cerca de 96% dos processos nela incluídos. Os resultados parciais apresentados foram considerados positivos, embora a Justiça Estadual de primeiro grau não tenha participado da meta no ano de 2013.

No cumprimento da Meta 3, houve redução de 17,79% no estoque de execuções não-fiscais e acréscimo de 1,18% nas execuções fiscais. Entretanto, alguns entraves inerentes aos processos execução, como a insolvência dos devedores e a dificuldade na localização de bens a serem constritos, foram destacados pelo secretário-geral adjunto do CNJ, juiz Marivaldo Dantas de Araujo.

Finalmente, quanto à Meta 18, cerca de 60% dos processos nela incluídos foram julgados até o mês de setembro/2013, destacando-se ainda, como medidas de incentivo ao cumprimento da meta, os planos de capacitação oferecidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a parceria celebrada com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



Juiz Marivaldo Dantas de Araújo, secretário-geral adjunto do CNJ

Concluindo as atividades no período matutino, os palestrantes convidados – Oscar Vilhena e André Macieira – fizeram suas apresentações, coordenados pela conselheira ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

A apresentação feita por Oscar Vilhena teve como tema Confiança na Justiça, relacionado ao diagnóstico da Justiça brasileira, baseado em dados do relatório Justiça em Números, mostrando a evolução dos principais aspectos da Justiça, no período 2010 a 2013.

A última apresentação do período matutino, feita por André Macieira, intitulada O Desafio da Alocação de Recursos na Prestação de Justiça, traçou um paralelo entre a taxa de entrega de Justiça e a taxa de demanda da sociedade para atuar na redução da taxa de congestionamento para melhorar a eficiência da vara no uso de recursos humanos e orçamentários. O palestrante abordou a complexidade existente no desafio de reduzir congestionamento e aumentar eficiência de uma unidade, afirmando que o grande desafio consiste em como provocar as mudanças necessárias para esse aumento de desempenho.

O vídeo e os eslaides dos trabalhos desenvolvidos na manhã do segundo dia do evento podem ser acessados pelos seguintes links:

- ❖ **Vídeo:**  
[http://www.youtube.com/watch?v=3dFcnToB\\_uc](http://www.youtube.com/watch?v=3dFcnToB_uc)
- ❖ **Eslaides com a apresentação do juiz Marivaldo Dantas:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/balanco\\_das metas\\_nacionais\\_janeiro\\_a\\_setembro\\_de\\_2013.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/balanco_das metas_nacionais_janeiro_a_setembro_de_2013.pdf)
- ❖ **Eslaides com a apresentação do palestrante Oscar Vilhena:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/apresentacao\\_ICJBrasil\\_Prof\\_Oscar.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/apresentacao_ICJBrasil_Prof_Oscar.pdf)
- ❖ **Eslaides com a apresentação do palestrante André Macieira:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/o\\_desafio\\_da\\_alocacao\\_de\\_recursos\\_na\\_prestacao\\_de\\_justica.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/o_desafio_da_alocacao_de_recursos_na_prestacao_de_justica.pdf)



Oscar Vilhena, conselheira Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

## 4 Reuniões Setoriais dos Segmentos

No turno vespertino do segundo dia do evento, foram desenvolvidos os trabalhos em cada segmento de Justiça, que envolveram a análise e votação das propostas de metas nacionais e específicas, de Macrodesafios para o período 2015 – 2020 e da diretriz estratégica de equalização de recursos entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição. Os segmentos foram divididos em grupos para facilitar os debates. A divisão dos segmentos teve a seguinte configuração:

- ✔ **Grupo Justiça do Trabalho (CSJT, TST e TRTs)**

Conselheira ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, coordenadora

Conselheiro Rubens Curado Silveira

Conselheiro Flavio Portinho Sirangelo

- ✔ **Grupo Justiça Federal (CJF, TRFs) e STJ**

Conselheiro Guilherme Calmon Nogueira da Gama, coordenador

Conselheiro Saulo José Casali Bahia

- ✔ **Grupo Justiça Estadual (TJs)**

Conselheiro Gilberto Valente Martins, coordenador

Conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito

- ✔ **Grupo Justiça Eleitoral (TSE e TREs)**

Conselheira Luiza Frischeisen, coordenadora

Conselheira Gisela Gondin Ramos

- ✔ **Grupo Justiça Militar (JM Estadual e STM)**

Conselheiro Emmanoel Campelo, coordenador

Conselheiro Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira

As Reuniões Setoriais do VII Encontro Nacional do Judiciário cumpriram os seguintes blocos de atividades:

- ✔ **Abertura dos trabalhos e breve exposição, pelo conselheiro coordenador, sobre a condução das atividades.**
- ✔ **Identificação dos votantes.**
- ✔ **Votação das Metas Nacionais 2014.**
- ✔ **Votação dos Macrodesafios do Plano Estratégico 2015 – 2020.**
- ✔ **Votação da Diretriz Estratégica para Aperfeiçoamento do Primeiro Grau.**

Os conselheiros ressaltaram a participação dos órgãos do Judiciário na formulação das propostas, mediante a rede colaborativa de governança, instituída pela Portaria CNJ n. 138/2013, coordenada pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça e supervisionada pelos conselheiros da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento.

A votação foi aberta (solicitou-se aos presidentes, ou seus representantes, favoráveis às propostas, que permanecessem como se encontravam, cabendo aos contrários manifestarem-se, levantando a mão), seguindo a seguinte ordem: Metas de 2014 (nacionais e específicas); Macrodesafios 2015 – 2020 (nacionais e específicos); Diretriz Estratégica para Aperfeiçoamento do Primeiro Grau.

Os grupos divididos realizaram debates e aprovaram ou rejeitaram propostas.

Em síntese, os temas das propostas de metas para 2014 foram os seguintes:

- ✓ **Meta 1:** aumento da produtividade para redução do congestionamento de processos;
- ✓ **Meta 2:** julgamento dos processos antigos (celeridade judicial);
- ✓ **Meta 3:** distribuição da força de trabalho;
- ✓ **Meta 4:** julgamento prioritário das ações de improbidade e combate à corrupção;
- ✓ **Meta 5:** redução do congestionamento da execução;
- ✓ **Meta 6:** julgamento prioritário das ações coletivas.

As propostas de Macrodesafios levadas à votação foram no total de 12 e corresponderam às diretrizes prioritárias do Poder Judiciário, as quais compoem o Plano Estratégico 2015–2020.

Por fim, apresentou-se a diretriz estratégica para a institucionalização da política de priorização do primeiro grau.



Grupo Justiça Federal (CJF, TRFs) e STJ



Grupo Justiça Eleitoral



Grupo Justiça Militar



Grupo Justiça Militar



Grupo Justiça do Trabalho



Grupo Justiça do Trabalho



Grupo Justiça Estadual



As propostas apresentadas em eslaides e o resultado da votação podem ser encontrados por meio dos links:

- ✔ **Propostas Justiça do Trabalho:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/apresentacao\\_propostas\\_justica\\_do\\_trabalho.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/apresentacao_propostas_justica_do_trabalho.pdf)
- ✔ **Propostas Justiça Eleitoral:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/apresentacao\\_propostas\\_justica\\_eleitoral.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/apresentacao_propostas_justica_eleitoral.pdf)
- ✔ **Propostas Justiça Estadual:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/resultado\\_da\\_reuniao\\_setorial\\_justica\\_estadual.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/resultado_da_reuniao_setorial_justica_estadual.pdf)
- ✔ **Proposta Justiça Federal e Superior Tribunal de Justiça:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/apresentacao\\_propostas\\_justica\\_federal.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/apresentacao_propostas_justica_federal.pdf)
- ✔ **Proposta Justiça Militar:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/apresentacao\\_propostas\\_justica\\_militar.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/apresentacao_propostas_justica_militar.pdf)
- ✔ **Resultado Justiça do Trabalho:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/resultado\\_da\\_reuniao\\_setorial\\_justica\\_do\\_trabalho.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/resultado_da_reuniao_setorial_justica_do_trabalho.pdf)
- ✔ **Resultado Justiça Eleitoral:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/resultado\\_da\\_reuniao\\_setorial\\_justica\\_eleitoral.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/resultado_da_reuniao_setorial_justica_eleitoral.pdf)
- ✔ **Resultado Justiça Estadual:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/resultado\\_da\\_reuniao\\_setorial\\_justica\\_estadual.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/resultado_da_reuniao_setorial_justica_estadual.pdf)
- ✔ **Resultado Justiça Federal e Superior Tribunal de Justiça:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/resultado\\_da\\_reuniao\\_setorial\\_justica\\_federal\\_e\\_stj.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/resultado_da_reuniao_setorial_justica_federal_e_stj.pdf)
- ✔ **Proposta Justiça Militar:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/resultado\\_da\\_reuniao\\_setorial\\_justica\\_militar.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/resultado_da_reuniao_setorial_justica_militar.pdf)

## 5 Reunião das Corregedorias

Ao mesmo tempo em que ocorriam as reuniões setoriais dos segmentos de Justiça, as corregedorias de todos os tribunais presentes ao evento deliberavam acerca das metas dessas unidades para 2014.

A reunião foi presidida pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, com a participação dos corregedores dos tribunais brasileiros, visando à aprovação de propostas de metas para cumprimento dos órgãos censors da Justiça em 2014. As propostas foram amplamente discutidas com todos os presentes, sofrendo até mesmo algumas alterações de consenso, sendo, ao final, aprovadas por unanimidade pelos presentes.



Reunião das Corregedorias

## 6 Plenária Final

Na cerimônia de encerramento do VII Encontro Nacional do Judiciário, presidida pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, a mesa foi constituída também pela conselheira ministra Maria Cristina Peduzzi e pela presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Mesa do encerramento do VII Encontro Nacional do Judiciário



Mesa e plateia do encerramento do VII Encontro Nacional do Judiciário

O presidente da mesa convidou o juiz auxiliar da Corregedoria, Erivaldo Ribeiro, para anunciar as metas das corregedorias aprovadas para 2014, quais sejam:

- ❖ **Meta 1:** publicar 100% das ações correcionais (preservado o sigilo).
- ❖ **Meta 2:** relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias.
- ❖ **Meta 3:** realizar, no âmbito do Poder Judiciário Federal, anualmente, correição em pelo menos 50% das unidades jurisdicionais e, no âmbito das Justças Estaduais, em pelo menos 34% daquelas, ainda que por amostragem.
- ❖ **Meta 4:** fiscalizar 100% das metas do Poder Judiciário Nacional.
- ❖ **Meta 5:** proporcionar o atendimento aos beneficiários do livramento condicional e cumpridores de medidas e penas alternativas (Provimento n. 8 da Corregedoria Nacional).
- ❖ **Meta 6:** incluir em 100% das correições e inspeções nas varas criminais a verificação do cumprimento da Resolução CNJ n. 66/09, e do percentual dos presos provisórios, que deve ficar abaixo de 40%.
- ❖ **Meta 7:** implantar e manter, no ano de 2014, controle estatístico dos procedimentos de competência do Tribunal do Júri.

Em seguida, a conselheira ministra Maria Cristina Peduzzi, presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, apresentou as Metas Nacionais para 2014, os Macrodesafios para 2015 – 2020 e a diretriz estratégica, aprovados pelos presidentes dos tribunais brasileiros. Em seu discurso, a conselheira observou que as medidas são resultado de ampla discussão que contou com a participação de todos os segmentos da Justiça por meio da Rede de Governança Colaborativa. “Não consiste em um produto apenas desses dois dias de encontro, mas de um processo amplo de revisão e formulação do planejamento estratégico, a partir do trabalho de todos os tribunais”, destacou a conselheira.

As seis Metas Nacionais para 2014 aprovadas no Encontro foram:

- ❖ **Meta 1 (todos os segmentos de Justiça):** julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente.
- ❖ **Meta 2:** identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos (todos os segmentos de Justiça)
  - Na **Justiça do Trabalho**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no primeiro e no segundo grau e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011 no TST;
  - Na **Justiça Eleitoral**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011;
  - Nos Tribunais de **Justiça Militar Estaduais**, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no primeiro grau e até 31/12/2013, no segundo grau;
  - Na **Justiça Estadual**, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no primeiro grau e até 31/12/2011, no segundo grau e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.
  - No **Superior Tribunal de Justiça**, 100% dos processos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009;
  - Na **Justiça Militar da União**, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no primeiro grau e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no STM;
  - Na **Justiça Federal**, 100% dos processos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau e no segundo grau e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais;
- ❖ **Meta 3 (Justiça Estadual, do Trabalho e Militar):** estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com a garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.
- ❖ **Meta 4 (Justiça Estadual, Federal, Militar e STJ):** identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na **Justiça Estadual**, na **Justiça Militar da União** e nos **Tribunais de Justiça Militar Estaduais**, as ações distribuídas até 31/12/2012, e na **Justiça Federal** e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.
- ❖ **Meta 5 (Justiça Federal e do Trabalho):** reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.

- ✔ **Meta 6 (Justiça Estadual e do Trabalho):** identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011 no primeiro grau e até 31/12/2012 no segundo grau.

Os 12 macrodesafios aprovados para o Planejamento Estratégico 2015–2020 foram:

- ✔ Garantia dos direitos de cidadania.
- ✔ Combate à corrupção e à improbidade administrativa.
- ✔ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.
- ✔ Adoção de soluções alternativas de conflito.
- ✔ Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.
- ✔ Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.
- ✔ Aprimoramento da gestão da justiça criminal.
- ✔ Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.
- ✔ Melhoria da gestão de pessoas.
- ✔ Aperfeiçoamento da gestão de custos.
- ✔ Instituição da governança judiciária.
- ✔ Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Por fim, foi anunciada a aprovação da diretriz estratégica de priorização do primeiro grau, nos seguintes termos:

É diretriz prioritária do Poder Judiciário, a orientar programas, projetos e ações dos planos estratégicos dos tribunais, aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundos graus.

Em suas considerações finais, o ministro Francisco Falcão, corregedor nacional de Justiça, declarou que a importância e magnitude do evento ficaram demonstradas nos dois dias de trabalho. Destacou que os 12 Macrodesafios aprovados pelos presidentes dos tribunais materializam o Plano Estratégico para o período 2015 – 2020, e que o VII Encontro Nacional do Judiciário inovou ao reduzir as metas para o ano de 2014, sendo um passo para novo desafio: encontrar mecanismo contínuo e duradouro para o fortalecimento e a melhoria do Judiciário brasileiro. Observou que, com essa estratégia nacional, serão encontrados espaços para as melhorias na prestação jurisdicional e na entrega da Justiça almejada pela sociedade brasileira.

Ao encerrar o VII Encontro Nacional do Judiciário, o corregedor nacional disse: “Conclamo a todos para que juntos possamos ter um Judiciário cada vez mais célere e transparente, ao qual todos nós tenhamos orgulho de pertencer”.

O vídeo com a Plenária Final e os eslaides com as metas nacionais 2014 e os Macrodesafios 2015–2020 aprovados podem ser encontrados por meio dos links:

- ✔ **Vídeo:**  
<http://www.youtube.com/watch?v=aHm5bMagU74>
- ✔ **Metas Nacionais aprovadas:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/7\\_encontro\\_nacional\\_do\\_judiciario/metas\\_nacionais\\_para\\_2014.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/7_encontro_nacional_do_judiciario/metas_nacionais_para_2014.pdf)
- ✔ **Macrodesafios aprovados:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/gestao-planejamento-cnj/revisao\\_do\\_planejamento\\_do\\_judiciario/planejamento\\_estrategico\\_do\\_poder\\_judiciario.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/gestao-planejamento-cnj/revisao_do_planejamento_do_judiciario/planejamento_estrategico_do_poder_judiciario.pdf)
- ✔ **Metas das Corregedorias aprovadas:**  
[http://www.cnj.jus.br/images/poder-judiciario/metas\\_de\\_nivelamento\\_2014.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/poder-judiciario/metas_de_nivelamento_2014.pdf)



[www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)



Poder Judiciário

